

LOUÇA, Francisco & MORTÁGUA, Mariana (2012), *A Dividadura. Portugal na crise do Euro*,
Lisboa: Bertrand Editora, pp. 237.

Por Marcos Ferreira Navarro¹

Publicado em 2012, é dizer, um ano depois da aprovação do resgate financeiro a Portugal valorizado em 78.000 milhões de euros, *A Dividadura. Portugal na crise do Euro*, livro de Francisco Louçã e Mariana Mortágua, é antes de mais nada uma chamada para a reestruturação da dívida portuguesa. Estruturada em cinco partes os eixos primordiais da obra são a dívida e a crise do Euro.

A obra começa com uma breve primeira parte (Sair do Euro?) onde os autores tratam a questão da austeridade, a saída do Euro e a volta do Escudo. Sob a perspetiva dos escritores, a solução aos problemas económicos de Portugal não passa pela saída do Euro e a volta do Escudo. Segundo eles, esta solução seria totalmente prejudicial para as classes populares portuguesas porque o fardo da depreciação cairia principalmente sobre elas. Assim, os dois autores sentenciam que ninguém deveria defender a saída do Euro como alternativa à política económica neoliberal atual, já que dita saída criará mais desigualdade e mais dívida.

Na segunda parte da obra (A História da dívida) o objetivo é fazer um repasse da história da dívida. O mais importante aqui é a compreensão de que a dívida, além de uma forma de pagamento, também é uma forma de dominação e imposição social das classes dominantes sobre as classes dominadas. Assim, a dívida como forma de dominação social influenciaram o desenvolvimento da dívida estatal e soberana, tema que é tratado na terceira e quarta parte do estudo.

¹ Graduado en Historia por la Universidad de León (ULE). Estudiante de la Universidade Nova de Lisboa y la Universidad de Granada

Sob o nome *A dívida na Segunda Grande Depressão*, os autores estudam as razões que levaram a crise financeira e monetária que assola a Europa desde o 2007. Para os autores o principal motivo encontra-se nas políticas neoliberais de desregularização postas em prática desde o ano 1980 e que permitiram primazia do capitalismo financeiro. Será na quarta parte (*O negócio da dívida*) onde se explica como operam os mercados financeiros em relação às dívidas dos Estados. Assim, se fala de diversos países em diversos contextos. O primeiro país é Letónia que, perante a possibilidade de default em 2009, obteve um empréstimo do FMI para poder garantir o pago a seus credores em troca da redução das despesas públicas, de privatizações, do aumento dos impostos e a liberalização do mercado de trabalho. Este modelo letão foi o exemplo-modelo para os resgates operados pela Troika (Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu) em Grécia, Irlanda e Portugal. Depois do exemplo letão, Louçã e Mortágua estudam, brevemente, as reestruturações das dívidas em Islândia, Rússia, Argentina e Equador, levando em consideração a importância que o exemplo argentino poderia ter para Portugal. Os dois últimos são Grécia e Irlanda, onde as medidas recomendadas foram as mesmas que no caso letão. Nesta quarta parte também é tratada a questão da dívida legítima, ilegítima e odiosa e as agências de notação de dívida. No primeiro dos casos, os autores diferenciam entre a dívida odiosa e ilegítima, as quais por serem valorizadas assim não deveriam ser pagas por estar contraídas contra os interesses da maioria da população e a dívida legítima que é aquela que foi contratada para favorecer à maioria da população e que deve ser paga já que em caso contrário, seriam as classes populares a sofrer as consequências da falta de pagamento. Por outro lado, em relação com as agências de notação (Fitch, Moody's e Standard & Poor's) controlam o 95% do mercado de notação da dívida, ao tempo que estão controladas e financiadas pelos mesmos fundos que especulam com a dívida

pública dos Estados.

Por último, na quinta parte (Portugal na crise do Euro) faz-se um repasse sobre as possíveis soluções à crise económica, financeira e monetária que afeta Europa. Assim, os autores lembram que as soluções que se estão a aplicar para superar a conjuntura económica, além de ser ineficazes, têm também um marcado conteúdo ideológico. Neste sentido, o austeritarismo (termo introduzido pelos autores) deve-se à primazia do mundo do capital face ao mundo do trabalho. Por outro lado, e isto é importante salientá-lo, as alternativas às políticas do austeritarismo propostas, já sejam para o marco europeu, já sejam para o marco português, são sempre formuladas dentro do contexto da União Europeia e nunca fora dele.

Feito o resumo da obra, é o tempo da análise de alguns pormenores. Neste sentido, focalizarei a minha análise na primeria e na quinta parte de obra. Esta eleição deve-se a que nestas duas partes os autores exprimem aquilo que deveria ser feito para poder resolver a situação, enquanto as partes restantes têm o objetivo apenas de contextualizar os problemas económicos, monetários e financeiros de Portugal e Europa.

Os autores propõem cinco medidas para ultrapassar a crise em Portugal e avançar para o Socialismo. Reestruturação da dívida, cancelamento da dívida ilegítima, financiamento de investimentos na indústria através de um Banco público, políticas públicas em prol do emprego e uma fiscalidade mais justa com maior tributação do capital. Mas, é possível levar a cabo estas medidas dentro do marco da União Europeia? A pergunta é pertinente, depois de tudo, os próprios escritores reconhecem que a própria UE está dominada pelo dogma económico da Escola de Chicago. Por tanto, é impossível aplicar ditas medidas no contexto da UE. Porém, para resolver esta contradição, os autores propõem a democratização da UE que consistiria em obter um equilíbrio entre a soberania estatal de cada um dos Estados membros

e a soberania cedida por estes as instituições da UE. Neste aspecto, o alvo é lograr uma via intermedia entre o federalismo por um lado, e um reforço excessivo da soberania nacional por outro lado. A principal crítica a colocar neste racionamento é sobre a possibilidade de democratizar uma instituição antidemocrática como a União Europeia? Não é este o sitio para arguir sobre os motivos do carácter antidemocrático da União Europeia, mas apenas lembrar que o Parlamento Europeu foi criado em 1952, sendo escolhido por sufrágio universal só a partir de 1979 e sem ter competências de relevância básicas de um parlamento como pode ser apresentar propostas de lei ou as nulas competências do Parlamento Europeu em relação aos assuntos económicos e monetários.

Outro tema que considero que deve ser analisado é a questão do futuro do Euro. Os autores defendem que, se bem a entrada de Portugal no Euro não foi benéfica para os assalariados e pensionistas de Portugal, a saída do Euro seria ainda mais prejudicial para as classes populares de Portugal e outros países periféricos. Neste caso, sim concordo com a solução que dão os autores. O reforço das estruturas do mundo do trabalho tais como os sindicatos e os partidos políticos da classe operária, os quais atuam coordenados com os movimentos civis de Europa com objetivo de criar as bases para uma economia ao serviço da população. Porém, será possível luta contra o capitalismo financeiro dentro de uma Eurozona e União Europeia que defende dito capitalismo? A saída do Euro teria, logicamente, consequências desastrosas a curto prazo. Mas existe futuro, além da precarização e a pobreza, para as classes populares dentro do Euro e da UE? Uma pergunta difícil, mas que os movimentos civis e os partidos de esquerda devem plantear-se seriamente.

Em resumo, a obra de Francisco Louçã e Mariana Mortágua é uma obra divulgativa que tem como objetivos principais refletir e fazer compreender aos leitores que existem

alternativas além das receitas propostas e demandadas desde a Troika e tão bem aplicadas pelos executivos nacionais dos diferentes países da Europa. Mas, antes de mais nada, estamos perante uma obra que ajudará aos leitores a compreender como funciona a dividadura.